

UM PANORAMA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

Gabriela Rodrigues Longo¹

Resumo: Dentro de uma sociedade organizada de forma extremamente desigual, a Educação Ambiental entra como um dos elementos fundamentais para a investida contra a crise ambiental. A crise do ambiente atual exige uma abordagem em que os objetivos se centrem em participação, conhecimentos e consciência, de forma a integrar os conteúdos ao contexto social e histórico. É nesse sentido que a Pedagogia Histórico-Crítica entra para relacionar a práxis pedagógica com as práticas da sociedade, em toda sua história. A evolução do pensamento capitalista, da lógica do acúmulo de capital, e sua relação com as ações que afetam o ambiente, são essenciais no caminho para alcançar o entendimento necessário que a EA procura. Assim, a complexa relação entre sociedade e educação é o que define o cenário da formação dos educadores. É nesse contexto que o presente trabalho, a partir do referencial utilizado, tenciona entender a complexa e essencial relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação de Educadores Ambientais. Educadores, estes, que sejam críticos, no sentido não apenas de educar para ensinar conteúdos, mas também para alterar conceitos e construir concepções.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Pedagogia Histórico-Crítica; formação de professores.

¹Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFMS, mestranda em Educação na UNESP (Rio Claro) – gabriela.longo28@hotmail.com

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 318-327, 2016.

Introdução

A Educação Ambiental (EA) nasce como um campo diferenciado que reúne contribuições de diversas áreas científicas, filosóficas, além de posições político-pedagógicas e movimentos sociais. No Brasil, a EA se constituiu como um campo de conhecimento e de atividade pedagógica e política a partir das décadas de 70 e, sobretudo, de 80 (LIMA, 2009). Sua influência cresce a medida que a atenção a respeito dos efeitos negativos das ações humanas sobre o ambiente aumenta.

Apesar dessa crescente atenção para com os estudos da EA, as discussões a respeito dessa temática no mundo contemporâneo ainda estão relacionadas a aspectos mais gerais de questões ambientais que têm feito parte das preocupações de variados setores da sociedade.

Dentre os documentos conhecidos que discutem a importância e os objetivos da Educação Ambiental como uma ferramenta de trabalho como um dos elementos contra a crise ambiental destacamos três deles:

- O primeiro é a Carta de Belgrado (Iugoslávia, 1975), em que destaca que os objetivos da EA devem ser “*conscientização, conhecimentos, atitudes, habilidades, capacidade de avaliação e participação*” (TOZONI-REIS, 2002, p. 84). É importante ressaltar que o documento propõe que a EA seja organizada como educação formal e não formal, de forma interdisciplinar.

- O segundo é a Declaração da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi (1977), que “*define como função da educação ambiental criar uma consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamentos positivos*” (TOZONI-REIS, 2002, p. 84). Nesse caso, seus objetivos são definidos como consciência, conhecimentos, comportamentos, aptidões e participação.

- O terceiro é a Agenda 21, documento elaborado na Rio-92, que explica que a EA deve ser voltada para o desenvolvimento sustentável.

Na Agenda 21, em especial no Cap. 36, encontramos três eixos de organização da educação ambiental em nível internacional: reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, aumento da consciência pública e promoção do treinamento (TOZONI-REIS, 2002, p. 84).

Partindo desses documentos, devemos manter a compreensão de que a concepção natural e a concepção racional da relação homem-natureza e educação devem ser articuladas, afinal os problemas ambientais não podem ser compreendidos só pelas ciências naturais, já que a geografia, a história e a política, assim como a filosofia e a educação, são indispensáveis para essa compreensão (TOZONI-REIS, 2002). Uma das alternativas para se explorar a relação homem-natureza e a educação, é “*considerar a perspectiva histórica*

para a compreensão tanto da crise ambiental atual quanto de sua superação” (TOZONI-REIS, 2002, p. 89).

É nesse sentido que a Pedagogia Histórico-Crítica entra para relacionar a práxis pedagógica com as práticas da sociedade, em toda sua história. A evolução do pensamento capitalista, da lógica do acúmulo de capital, e sua relação com as ações que afetam o ambiente, são essenciais no caminho para alcançar o entendimento necessário que a EA procura.

Assim, a complexa relação entre sociedade e educação é o que define o cenário da formação dos educadores.

(...) para compreender as referências teóricas da educação ambiental desses professores formadores de educadores ambientais, o materialismo histórico-dialético pode ser o referencial metodológico que toma para análise as representações da relação homem-natureza e as da educação (TOZONI-REIS, 2002, p. 86).

Procuramos então, a partir do referencial utilizado, entender e expor a complexa e essencial relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a formação de Educadores Ambientais. Educadores, estes, que sejam críticos, no sentido não apenas de educar para ensinar conteúdos, mas também para alterar conceitos e construir concepções, que levem ao desenvolvimento de cidadãos sustentáveis, cuja relação com o ambiente seja equilibrada e propícia para a construção de um futuro em que o balanço da natureza não esteja em declínio.

A Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Ambiental Crítica

Diversas teorias são capazes de explicar as relações sociais e, também, diversas práticas pedagógicas abrangem as diferenças na sociedade atual e em suas relações. Em uma sociedade tão complexa como a dos dias atuais, apenas uma área com uma teoria não seria suficiente para explicar todas as suas especificidades.

[...] as diferentes teorias sociológicas explicam diferentemente as relações sociais através da história e, com isso, contribuem para a formação de diferentes teorias pedagógicas, que, por sua vez, recebem contribuições de outras áreas do conhecimento, como a filosofia e a pedagogia, entre outros (LOUREIRO *et al.*, 2009, p. 85).

Porém, apesar dos intensos estudos nesse sentido, ainda existe uma falta de compromisso ético entre indivíduo e sociedade na realidade marcada pela desigualdade social e econômica, como é o caso da realidade do Brasil.

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 318-327, 2016.

É fundamental a percepção de que para se atuar conscientemente no campo educacional é preciso conhecer o modo como se encontra estruturada a sociedade na qual está inserida a prática educativa em questão. Partindo-se, então, do princípio de que a Pedagogia Histórico-Crítica entende a prática educativa como uma mediação das práticas sociais, temos que colocar em questão o fato de que a sociedade vigente no mundo atual se define pelo domínio do capital. A partir desse domínio formam-se as classes sociais e suas relações contraditórias. Isso é bem explicado por Saviani (2013):

Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais (p. 26).

De dentro dessa sociedade dividida em classes, que é a estrutura principal da sociedade capitalista, o papel da educação será diferente quando posta a serviço dos interesses da classe dominante, quando comparamos com uma educação voltada para o interesse dos trabalhadores. Uma das principais características da pedagogia histórico-crítica é que ela se posiciona claramente a favor da classe dominada, ou seja, dos trabalhadores da sociedade capitalista. “*Daí, seu caráter de pedagogia contra hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual*” (SAVIANI, 2013, p. 26). E usando como ferramenta o meio onde o educando vive, estabelecendo relações com seu cotidiano.

[...] a abordagem dos conteúdos programáticos ou dos conhecimentos a serem construídos requer considerarmos, como importante recurso pedagógico, a realidade vivenciada por educadores e educandos em seus locais de estudo, moradia e trabalho, destacando-se a diversidade cultural e a exclusão social que caracterizam a sociedade (LOUREIRO *et al.*, 2009, p. 89).

A análise das relações sociais na pedagogia histórico-crítica define que a educação deve se movimentar a fim de mudar a sociedade capitalista, por meio da apropriação cultural como instrumento de prática social transformadora. O papel da educação é definido como uma prática preocupada com a apropriação dos saberes, sendo, estes saberes, um conjunto de conhecimentos, ideias, conceitos, valores, símbolos, habilidades, hábitos, procedimentos e atitudes que garantam condições aos sujeitos que, de forma autônoma e emancipadora, realizem uma prática social transformadora (LOUREIRO *et al.*, 2009).

A realidade humana na sociedade capitalista é definida a partir do trabalho, em que o homem age sobre a natureza, modificando-a e ajustando-a de acordo com a suas necessidades. Agindo sobre a natureza, o homem constrói o mundo histórico, social e cultural. E é a partir desse estudo das relações sociais, que a educação se volta para a crítica da sociedade capitalista e serve como ferramenta de reprodução das relações sociais desiguais.

A Educação Ambiental Crítica surge dessa análise de como as relações sociais desestruturadas afetam o mundo e alteram os componentes naturais. Essa vertente aparece como uma tentativa de solução para o descontrole das ações sociais sobre a natureza, e de como o distanciamento do homem capitalista para com o ambiente cresce a cada dia. A realidade social atual, que obriga o homem a trabalhar cada dia mais para se manter perante a sociedade, aumenta essa distância entre homem e natureza. Como definiu Loureiro e colaboradores (2009), “a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória emerge da pedagogia crítica, que tem seu ponto de partida na teoria crítica de interpretação da realidade social” (p. 86). A partir disso, percebe-se que a Educação Ambiental Crítica se compromete com a formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos social, histórico e politicamente com a mudança do pensamento ambiental da sociedade atual.

Dimensão Ambiental da Educação

No contexto já citado, dentro da sociedade organizada de forma extremamente desigual que vivenciamos, a Educação Ambiental (EA) entra como um dos elementos fundamentais para a investida contra a crise ambiental. A crise do ambiente sendo, então, reconhecida como uma supercrise, exige uma abordagem em que os objetivos se centrem em participação, conhecimentos e consciência, de forma a integrar os conteúdos ao contexto social e histórico.

[...] os conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais só tem sentido como conteúdos educativos da educação ambiental se ligados de forma indissociável aos significados humanos e sociais desses processos. Os valores e atitudes só têm sentido se a essência do bom tiver dimensão histórica, isto é, se for pensada no movimento histórico intencional do permanente vir a ser dos sujeitos articulando os interesses coletivos e individuais (TOZZONI-REIS, 2002, p. 90).

Vivemos essa etapa de uma muito comentada crise ambiental, mas ela vem de uma crise muito maior, uma crise de valores que se instalou em nossa sociedade. A crise ambiental emerge de um antropocentrismo vigente, em que as pessoas se ausentam de responsabilidade e não possuem a intenção de procurar uma resolução, já que esta poderia interferir em seu ideal de

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 318-327, 2016.

“progresso”. Como foi citado por Bonotto (2008), os problemas ambientais atuais são causados por uma crise civilizatória mais ampla, a qual exige uma reflexão sobre nossa sociedade, fortemente influenciada pelo modelo econômico e industrial, pela ciência e pela tecnologia.

O compromisso da Educação Ambiental deve ser, então, em reorientar o ensino de modo a modificar atitudes e comportamentos pela aquisição de conhecimentos e valores, de forma não doutrinária. Colocando como motivo principal a integração entre desenvolvimento e ambiente, adaptando o indivíduo à convivência com o ambiente natural em uma relação harmônica. E entendendo que os problemas ambientais apenas serão inteiramente compreendidos quando unidos as ciências naturais, estejam a geografia, a história e a política, assim como a filosofia e a educação.

[...] educação ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e ética ambiental (TOZZONI-REIS, 2002, p. 91).

É interessante para o quadro da EA a observação de que a crise da modernidade, em ambos os aspectos ambiental e sociocultural, vem colocando a necessidade de superação da lógica racional e conservadora.

A EA deve entrar nas escolas no sentido de fomentar discussões que ampliem a visão não só da crise relativa às questões ambientais, mas também no sentido de subsidiar práticas críticas sobre discursos hegemônicos. Essa educação ambiental que vai contra o regime vigente da sociedade atual, é crítica e caracteriza o aspecto que vai além do caráter pedagógico, entrando no lado político da EA. Quando a EA se distancia de um projeto conservador, ela entra no ambiente escolar como um instrumento de transformação social, contextualizando com a realidade do educando e relacionando essa realidade aos valores que este conhece. Assim, é importante, cada vez mais, a inserção da EA no quadro educacional brasileiro. Sendo, essa inserção, uma resposta às expectativas que a sociedade projeta sobre a escola; a institucionalização da EA também reflete essa demanda da sociedade e, ao mesmo tempo, pressiona as escolas a desenvolver ações que denominam de educação ambiental (GUIMARÃES, 2007).

O cuidado na inserção da EA deve ser grande, abrangendo a crise ambiental em diferentes escalas e relacionando-a com as disfunções existentes no estilo de desenvolvimento, afinal, são nessas disfunções, que aparecem temas como a visão da sociedade atual, que está atrelada à ideia de consumo, uma lógica de acumulação que, para se desenvolver, explora o ambiente e foge de valores relacionados à ética e cidadania.

Assim, a Educação Ambiental Crítica é capaz de se situar na construção de noções de sustentabilidade e valores relacionados à ética. O sentido de educar, nesse caso, vai além de sensibilizar a população para as questões ambientais, ele se relaciona a noções de importância da natureza, capacidade de valorização estética da mesma e entendimento de “certo/errado”, quando se trata de conservação do meio ambiente. Então, a EA deve constituir-se em um trabalho educativo abrangente, articulando tanto conhecimentos de natureza interdisciplinar como concepções e valores a serem revistos (BONOTTO, 2008).

Formação de Educadores Ambientais

A problemática ambiental e a Educação ambiental se tornaram temas de recorrentes discussões sobre a relação dos homens com o ambiente e nos cursos de graduação esses temas têm ocupado um crescente espaço, afinal, estão se formando profissionais que atuarão, de forma direta ou indireta, como educadores ambientais.

A dimensão ambiental das relações sociais exige dos profissionais dessa área, e particularmente do educador ambiental, o exercício de uma função social de síntese, isto é, que seja formado na perspectiva da capacidade de integrar os conhecimentos e a cultura com a formação socioambiental dos sujeitos ecológicos (TOZZONI-REIS, 2002, p. 92).

O educador entra então como um mediador do processo de apropriação do conhecimento, mas não só isso, pois não há como retirar do educador a responsabilidade na apropriação de elementos culturais pelos educandos, a partir da criação de condições educativas de reflexão crítica dos conteúdos estudados e da própria sociedade em que vive, fazendo com que estes reflitam sobre suas práticas escolares e sociais, em como estas influenciam na vida de outras pessoas e no ambiente em que vivem.

O debate sobre a formação de professores vem ocorrendo no sentido de se perceber que a qualidade da educação realmente se ancora no processo de educação de professores. Aliado a isso, as tendências da Educação Ambiental e a urgência em gerenciar os danos ambientais fizeram com que as políticas em EA, em diversas esferas, se transformassem em foco de estudo.

A necessidade da intensificação das discussões a respeito da temática ambiental, um saber que está sempre em construção, abre espaço para o repensar de práticas sociais e o papel dos professores, assim como sua formação, para trabalharem como mediadores do conhecimento e de debates a respeito da importância da responsabilidade de cada um com o meio em que vive e, ainda, sobre mudanças comportamentais que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam cada comunidade.

O educador ambiental deve entender, também, os limites da educação conservadora quando falamos de transformação da sociedade, visto que, a estrutura e as mudanças, tanto da natureza, como da sociedade, são objetos da EA. O entendimento de que a crise da relação entre sociedade/natureza e entre sociedade/sociedade potencializou a emergência da situação atual é essencial quando se fala de transformação social. Chama-se a atenção de que, nesse sentido, a EA Crítica volta-se para uma prática de transformação da sociedade em busca de uma sustentabilidade calcada em novos paradigmas, condições materiais, posturas ético-políticas, entre outros (GUIMARÃES, 2007).

O professor deve ser capacitado para interagir com os educandos, estabelecendo um diálogo e, assim, uma troca de ideias que vá além do pensamento essencialmente ambientalista, entrando em diversos campos de questionamentos. Nesse sentido,

[...] os objetivos da formação de professores em EA não devem ocorrer por um modismo, por um “verde pelo verde inconseqüente” e pontual. Essencialmente, essa educação deve ser motivada pela paixão, pela sedução do conhecimento, pelo movimento ético de manutenção da vida, no sentido mais amplo que esta palavra possa expressar (SATO, 2001, p. 10).

Quando pensamos na formação dos educadores, devemos fugir da visão simplista de que o aumento da quantidade de conhecimentos informativos, apenas, será suficiente para modificar conceitos e práticas no trabalho dos professores. Essa concepção não dá conta da complexa relação entre conhecimento, valores, atitudes e ações. Deve ser levado em conta que o conhecimento está ligado a vida social do sujeito. Assim, os programas formativos que visam trazer impactos nos modos de agir dos professores, só se mostram efetivos quando levam em consideração as condições sociopsicológicas e culturais de existência das pessoas em seus locais de habitação e convivência, e não apenas suas condições cognitivas (GATTI, 2003). Ou seja, cursos de formação que visam mudanças em práticas, além de cognições, devem entender que apenas oferecer conteúdos e trabalhar a racionalidade não produzirão mudanças em posturas e formas de agir. Os conhecimentos são incorporados em função de processos socioafetivos e culturais, além de processos cognitivos.

Considerações Finais

É fundamental a percepção de que, dado o caráter histórico da sociedade, convivemos em um constante processo de transmissão de valores e, simultaneamente, de uma revisão do sistema de valores vigente, processo considerado tanto individual quanto social. É nesse sentido a presença constante e fundamental da discussão a respeito da dimensão valorativa, que faz parte do ensino da Educação Ambiental. Afinal, a ética e os valores morais

Revbea, São Paulo, V. 11, Nº 4: 318-327, 2016.

estão ligados diretamente a uma cultura, independentes de como sejam seus costumes ou tradições, a ética começa a existir a partir de um pilar central, o ser humano e suas relações com o meio em que vive (BRAGAGNOLO; KUIAVA, 2010).

Permanecemos inseridos no modelo hegemônico capitalista de modo a não interrogar novas formas de sociedade e vivências. É nesse sentido que a educação deve entrar para suprir as lacunas deixadas por esse padrão. Precisamos de professores que tenham a consciência da importância do seu trabalho e que saibam se valorizar para ensinar os alunos a fazerem o mesmo; conduzindo seu trabalho, sua “arte de ensinar”, de modo a nortear os educandos em meio a toda violência presente no dia a dia dos mesmos. Cada aluno deve ter consciência que está introduzido numa tela, que cuidadosamente irá ser pintada por seus mestres, com sua colaboração e permissão (BRAGNAGNOLO; KUIAVA, 2010).

A Educação Ambiental é uma forte aliada do ensino de valores no sentido de que tem a intensão de reorientar a educação em direção a sustentabilidade. Tristão (2004) discorre sobre essa relação entre a EA e o ensino voltado para a cidadania:

Além de vir alargando seu escopo de possibilidades, de promover a mudança ética, sustenta-se em uma educação voltada pela ação e para a ação. Logo, agrega e fortalece as iniciativas da chamada educação para a cidadania, da ecopedagogia, da educação para sociedades sustentáveis, da educação para gestão ambiental, enfim, das várias denominações e representações que recebe (p. 55).

Seu direcionamento deve ser voltado para a transformação dos educandos, sejam eles alunos ou professores, servindo de meio para projetos de mudanças que visam o crescimento e o desenvolvimento da sociedade, aproximando-a de ideais sustentáveis.

Partindo-se da premissa de que o professor é membro imprescindível para a efetivação de mudanças no ambiente escolar, sua formação deve levar em conta suas experiências pessoais e profissionais, integrando conhecimentos com outros educadores e alunos, que influenciarão em suas concepções e em suas práticas. O processo de formação deve dar suporte para mudanças, de forma não pontual, que continuem a atualizar suas concepções e práticas.

Referências

- BONOTTO, D.M.B. Educação Ambiental e Educação em Valores em um programa de formação docente. REEC. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, 7, 2008, p. 313-336.
- BRAGAGNOLO, F. ; KUIAVA, E.A. . Ética e Valores Morais na Formação de Profissionais da Educação. **Anais** do V CINFE Congresso Internacional de Filosofia e Educação, Caxias do Sul. 2010.
- GATTI, B. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa** n. 119. São Paulo, 2003.
- GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- LIMA, G.F.C. Educação Ambiental Crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p.145-163, jan./abr. 2009.
- LOUREIRO, C.F.B., TREIN, E., TOZONI-REIS, M.F.C., NOVICKI, V. Teoria marxista e educação ambiental. **Cadernos do CEDES** (UNICAMP), v. 29, n. 77, 2009.
- SAVIANI, D. A Pedagogia Histórico-Crítica, as Lutas de Classe e a Educação Escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p.25-46, dez. 2013.
- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETI, O.J. (org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SATO, M. Formação em Educação Ambiental – da escola à comunidade. *In*: VIANNA, L.P. (Coord.). **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, SEF. 2000. p. 7-15.
- TOZZONI-REIS, M.F.C. Environmental education: theoretical references in higher education, **Interface _Comunic**, Saúde, Educ, v.5, n.9, p.33-50, 2001.
- TOZZONI-REIS, M.F.C. Formação dos educadores ambientais e paradigmas em transição. **Revista Ciência & Educação**, v. 8, no. 1, p. 83-96, 2002.
- TRISTÃO, M. **A Educação Ambiental na Formação de Professores**: redes de saberes. São Paulo: Annablume, 2004. 243 p.